

FISSURAS NOS ESPAÇOS PÚBLICO E POLÍTICO: UM OLHAR PELO PERFIL DE ÉRIKA HILTON NO TWITTER¹

*Philippe Oliveira Abouidⁱ
Joana Ziller de Araújo Josephsonⁱⁱ*

Resumo: Este artigo propõe refletir sobre as fissuras provocadas pelo mandato da atual deputada federal e ex-vereadora de São Paulo Érika Hilton nos espaços público e político brasileiros por meio das publicações compartilhadas em seu perfil no Twitter, no período de 1º a 31 de agosto de 2021, quando a parlamentar ocupava o seu primeiro mandato legislativo na Câmara Municipal. A análise passa pelas lutas políticas encampadas por ela em tensão com as conformações espaciais, histórica e estruturalmente hostis aos corpos negros, periféricos e LGBTQIAP+, também implicadas nas relações sexuais e de gênero. O movimento analítico convoca a crítica à colonialidade abordada por Segato (2021) e Oyewùmí (2021) e de feministas negras como Gonzalez (2019) e Mombaça (2021); além das discussões de espaço em Santos (2006). No perfil da parlamentar, também há a construção de um espaço político de resistência que transcende a ambiência do Twitter.

Palavras-chave: Política. Espaço. Colonialidade. LGBTQIAP+. Twitter.

FISSURES IN PUBLIC AND POLITICAL SPACES: A LOOK THROUGH ÉRIKA HILTON'S TWITTER PROFILE

Abstract: This article proposes to reflect on the fissures caused by the mandate of the current federal deputy and former councilwoman of São Paulo, Érika Hilton, in the Brazilian public and political spaces, based on the publications shared on her Twitter profile from August 1st to 31st, 2021, when the parliamentarian held her first legislative mandate in the Municipal Chamber. The analysis goes through the political struggles undertaken by the councilor in tension with spatial, historical and structurally hostile conformations to black, peripheral and LGBTQIAP+ bodies, also involved in sexual and gender relations. The analytical movement calls for criticism of coloniality in Segato (2021) and Oyewùmí (2021); and black feminists such as Gonzalez (2019) and Mombaça (2021); in addition to space discussions in Santos (2006). In the parliamentarian's profile, there is also the construction of a political space of resistance that transcends the Twitter environment.

Keywords: Politics. Space. Coloniality. LGBTQIAP+. Twitter.

FISURAS EN LOS ESPACIOS PÚBLICOS Y POLÍTICOS: UNA MIRADA AL PERFIL ÉRIKA HILTON EN TWITTER

Resumen: Este artículo propone reflexionar sobre las fisuras provocadas por el mandato de la actual diputada federal y ex concejala de São Paulo, Érika Hilton, en los espacios públicos y políticos brasileños, a partir de las publicaciones compartidas en su perfil de Twitter en el período del 1 al 31 de agosto de 2021, cuando la parlamentaria ocupaba su primer mandato legislativo en el Cámara Municipal. El análisis pasa por las luchas políticas encabezadas por la concejala en tensión con las conformaciones espaciales, históricas y estructuralmente hostiles a los cuerpos negros, periféricos y LGBTQIAP+, también implicadas en las relaciones sexuales y de género. El movimiento analítico convoca a la crítica de la colonialidad en Segato (2021) y Oyewùmí (2021); y de feministas negras como Gonzalez (2019) y Mombaça (2021); además de las discusiones de espacio en Santos (2006). En el perfil de la parlamentaria también hay la construcción de un espacio político de resistencia que trasciende el ambiente de Twitter.

Palabras clave: Política. Espaço. Colonialidade. LGBTQIAP+. Twitter.

¹ Pesquisa realizada com financiamento da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.



1. INTRODUÇÃO

Erika Hilton (PSOL-SP) é a primeira travesti negra e periférica eleita para um mandato legislativo na Câmara Federal. Nas eleições de 2022, a parlamentar atingiu 253.903 votos e ficou na nona colocação entre as/os deputadas/os federais mais votadas no estado de São Paulo, o maior colégio eleitoral do País². Nas eleições municipais de 2020, Hilton entrou na história da política brasileira por ter sido a primeira vereadora travesti negra eleita na cidade de São Paulo. Ela esteve entre as/os cinco vereadoras/es mais votadas/os naquele ano e recebeu mais votos entre todas as vereadoras eleitas, somando mais de 50,5 mil³.

Além de Erika Hilton, a Câmara Federal recebeu, ainda, outra travesti eleita deputada federal, Duda Salabert (PDT-MG), que alcançou a terceira colocação em seu estado, com 208.332 votos, sendo a mulher mais votada em Minas Gerais⁴. Pessoas trans e travestis que foram eleitas em 2020, como Carolina Iara (PSOL-SP) e Linda Brasil (PSOL-SE), a partir de 2023, passam a ocupar novos espaços das Assembleias Legislativas de seus estados também pela primeira vez na história desses locais.

As eleições municipais de 2020 foram marcadas por apresentarem, com mais densidade, certas fissuras nas configurações espaciais que historicamente caracterizam a política brasileira – governada, em sua maioria, por homens cis, brancos, heterossexuais e de classes mais altas. A vitória de Hilton, Salabert, Brasil e Iara em 2020 (e em 2022) aponta que essas brechas estão cada vez mais espessas e tendem a intensificar e se consolidar nos próximos anos.

Muitas dessas parlamentares trans eleitas – e mais propriamente a respeito de Érika Hilton – trazem em suas candidaturas as marcas da resistência de um corpo em que se interseccionam diferentes atravessamentos de poder, um corpo marginalizado nos espaços público e político, das decisões

² Dados divulgados pela Justiça Eleitoral de São Paulo. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022>. Acesso em: 8 nov. 2022.

³ Resultado da Justiça Eleitoral de São Paulo e divulgado no site Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/cobertura-votacao-apuracao/primeiro-turno/sp/sao-paulo>. Acesso em: 8 nov. 2022.

⁴ Dados divulgados no site da Câmara Federal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911467-minas-gerais-reelege-37-deputados-pl-e-pt-terao-as-maiores-bancadas/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

e políticas públicas do Estado. Como sujeitas políticas, elas carregam, em seus corpos e em suas candidaturas, as pautas que vão encampar à frente dessas casas legislativas, nesses espaços de poder construídos sobre os cadáveres do seu povo, do povo negro, originário, de lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais, *queers*, intersexuais, assexuais, pansexuais, entre outras expressões de sexo, gênero e sexualidade (LGBTQIAP+), daqueles que ousam subverter as estruturas machistas, (hetero)sexistas, racistas e (cis)generificadas.

Com milhares de seguidores em suas mídias sociais, Erika Hilton mobiliza suas redes, entre elas o Twitter, com o objetivo de comunicar suas ideias, suas afinidades ideológicas, bem como suas vivências, experiências, lutas. Divulga sobretudo suas ações legislativas e deliberações de seu mandato e mantém um canal de diálogo e comunicabilidade com seu público e eleitor.

Numa primeira análise, é possível observar que o seu perfil no Twitter é usado para construir um espaço midiático de resistência, assim como o seu corpo político dissidente. Na sua rede, ela circula um conjunto de textos e textualidades capazes de revelar as tensões que atravessam essas lutas travadas como vereadora, travesti, preta, periférica e militante.

A escolha da plataforma se deve por observar que o Twitter tem sido utilizado para a comunicação política de candidatos, parlamentares, figuras públicas e políticas, bem como por instituições e organizações da sociedade civil. A população em geral também usa a rede com o objeto de acompanhar os seus candidatos, em tempo real, em suas decisões, deliberações e posicionamentos públicos. No Twitter de Hilton, há um conjunto de publicações que trazem elementos materiais e textuais para se refletir sobre esses fenômenos político e midiático contemporâneos.

A crítica à colonialidade com base em Segato (2021), a colonialidade de gênero em Oyewùmí (2021) e as contribuições das feministas negras como Gonzalez (2019) e Mombaça (2021) sobre o racismo à brasileira são acionadas como operadores analíticos que ajudam a entender a construção dos espaços público e político no Brasil, forjados para garantir a sua privatização, o controle do poder pelas elites *criollas*, embranquecidas, eurocentradas e responsáveis pela colonização e “civilização” do País. A colonialidade permite enxergar os mecanismos de racialização, hierarquização, exploração em territórios do Sul global e da tentativa de universalização do pensamento ocidental e eurocêntrico como parte das estratégias de dominação na modernidade.

Além disso, a discussão de espaço segundo Santos (2006) é oportuna nessa discussão por ser um termo que recorrentemente aparece nos Estudos em Comunicação. Embora Santos não seja um autor propriamente decolonial, a sua percepção de uma geopolítica traçada entre Norte e Sul globais tangencia e contribui para alargar a análise em relação às dimensões espaciais em territórios marcados pelos efeitos da colonização.

2. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA

O perfil de Erika Hilton no Twitter soma mais de 250 mil seguidores. Lá, ela se apresenta como deputada federal (2023-2026), vereadora mais votada no Brasil em 2020 e duas vezes presidente da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo. Ao olhar para o seu perfil nessa plataforma, observa-se que a parlamentar circula um conjunto de textos, imagens e vídeos sobre o modo como o seu mandato se constitui textualmente, a sua comunicação política, bem como os seus trabalhos à frente do Legislativo.

Esse espaço midiático construído pela parlamentar no Twitter oferece elementos para observar as tensões e as fraturas espaciais abertas nos espaços público e político brasileiros pelo seu corpo dissidente, como sujeita política e à frente de seu mandato, entre outras coisas para discutir a (r) existência e existência de população LGBTQIAP+, sobretudo da população trans, negra e periférica. O período da coleta se concentra entre 1º e 31 de agosto de 2021, quando ela ocupava o cargo de vereadora em São Paulo. Somaram-se mais de 270 *tweets* e *retweets* coletados individualmente em seu perfil no Twitter e armazenados para análise do conjunto.

Selecionamos as postagens que, em alguma medida, passavam por questões que são constituidoras do mandato legislativo municipal de Erika Hilton, como àquelas relacionadas à sua perspectiva político-ideológica, ao racismo, às LGBTQIAP+fobias, com ênfase nas transfobias, relações de gênero, sexo e sexualidade, bem como sua atuação legislativa comunicadas nessa plataforma. Ao longo deste artigo, inserimos indicações/referências de algumas postagens publicadas no período de análise do Twitter.

As imagens e os textos ilustrativos e referenciados compõem o *corpus* de análise e aparecem articulados à discussão proposta, mas sua observação se inscreve em um campo mais amplo de análise no qual essas temáticas são tensionadas na dimensão da espacialidade e no cotejamento com a crítica da colonialidade. Optamos por não destacar os desdobramentos inscritos

nos comentários. Em geral, eles aparecem interagindo com a parlamentar em termos de experiências pessoais e afinidades políticas; endossando as discussões por ela propostas; postando itens contrários e hostis; além das inúmeras ameaças de violência e morte a que ela e outras parlamentares com seu perfil estão sendo submetidas desde que assumiram os seus mandatos.

A pesquisa de caráter qualitativo se volta para as publicações da parlamentar numa tentativa de deixar falar a sujeita política deste estudo, apesar das lógicas de interação e violência que são próprias das mídias sociais. Entende-se que – ao olhar para esses textos com uma visada decolonial, além de compreender a plataforma do Twitter e suas articulações algorítmicas inseridas nas dinâmicas comunicacionais e da nova indústria capitalista mundial – é necessário atentar-se para a dimensão da raça e dos processos de racialização e exploração que são constituintes do capitalismo moderno, do mercado globalizado e, principalmente, das políticas de Estado.

A presente pesquisa se utiliza das potencialidades de mobilizar as ferramentas decoloniais para compreender os fenômenos políticos modernos para analisar textos, textualidades e demais publicações que circulam no perfil de Érika Hilton. Numa perspectiva ética e política, acredita-se que o próprio mandato de Hilton reivindica um olhar decolonial para compreender as tensões que atravessam as espacialidades pública e política lapidadas pela violência colonial, racial, sexual e de gênero.

2.1. Colonialidade e o pensamento decolonial

Conforme a crítica à colonialidade, passamos a perceber os processos de racialização como elementos centrais para compreender as desigualdades econômicas e sociais em territórios do Sul global. O pensamento decolonial denuncia o modo como, no Ocidente, os processos de colonização e exploração da América por potências europeias são constituintes das nossas estruturas, relações sociais, bem como da cultura, da economia, do ordenamento institucional, da jurisprudência, da epistemologia, da organização espaço-temporal e, principalmente, das relações de poder e saber que atravessam o cotidiano das pessoas.

Segundo Segato (2021), essa forma de exploração, as dinâmicas de racialização e os mecanismos próprios da colonialidade não se restringiram apenas ao contexto de colonização latina. Seu modelo foi exportado para todo o Planeta no desenvolvimento do sistema capitalista mundial. A conquista e colonização

da América não seriam secundárias ao processo de globalização econômica, mas precursoras; pois a América refunda o mundo, o Novo Mundo, como também se desdobrou em termos de colonialidade, etnicidade e racismo.

A raça se tornou um instrumento eficaz de dominação social e está na base do sistema capitalista e da espacialidade moderna. Ela aparece na modernidade como um conjunto de características fenotípicas, étnicas e sociais que se tornou fundamental para o controle biopolítico da sociedade e dos processos de produção, ocupação dos espaços e acumulação de riquezas. Raça e colonialidade são algumas das bases da sociedade brasileira moderna, do sistema de produção capitalista, das relações sociais, econômicas, culturais e, sobretudo, dos processos de inferiorização e marginalização sociais no País.

Não obstante, o racismo se manifesta de diferentes formas e situações cotidianas, como hierarquização das pessoas, do trabalho, produtos, saberes etc. O racismo também é epistêmico, uma vez que as epistemes dos povos conquistados são vistas negativamente, quando não apagadas e/ou transformadas. Sob a lógica de racialização, a diferença colonial (MIGNOLO, 2000) – como o espaço onde se exerce a colonialidade de poder – significou a construção de categorias como índio, negro etc., que foram subalternizados, determinando a importância e o valor desses corpos, estabelecendo hierarquias, autoridades, relações de trabalho e exploração.

Na dimensão do gênero (LUGONES, 2014; SEGATO, 2021; e OYEWÙMÍ, 2021), nota-se que o gênero, o sexo e a sexualidade e toda essa estrutura biológica e binária se constituem como ferramentas de poder próprias das dinâmicas de colonialidade e espacialidade. Também é preciso observá-las articuladas às relações raciais, como tensiona o pensamento decolonial. Segato (2021) fala em “captura dos gêneros” pela estrutura binária da sociedade moderna com o avanço dos estados republicanos conduzidos pela elite *criolla*, da “frente branca”, entre outras hierarquias.

A posição masculina inflaciona-se e absolutiza-se, e seu espaço, o espaço público, transforma-se em uma esfera que desenraiza, sequestra e monopoliza a política, deixando para o espaço doméstico nuclearizado a posição de resíduo despojado de politicidade, privatizado e considerado “íntimo”. (SEGATO, 2021, p. 25).

Segundo Segato (2021), as relações hierárquicas que separam homem e mulher, também distinguem homens brancos de homens não-brancos,

mulheres brancas de mulheres não-brancas, sendo a raça branca sempre em referência aos povos europeus, associados a uma ideia de superioridade, autoridade e vinculada às características biológicas e fenotípicas. Ainda que nos territórios coloniais avançasse uma política de embranquecimento, sobretudo pela elite *criolla*, em termos geopolíticos e segundo os critérios de racialização, a divisão entre Norte e Sul se tornou uma barreira intransponível.

Lélia Gonzalez (2019) aborda a questão do racismo brasileiro em intersecção com o sexismo, refletindo sobre o mito da democracia racial, sua aceitação e divulgação no Brasil. Ela também descreve sobre uma ideologia de branqueamento, cuja lógica de dominação mobiliza a internalização e reprodução dos valores brancos ocidentais. A autora afirma que “[...] o racismo se constitui como a ‘sintomática’ que caracteriza a ‘neurose cultural brasileira’” (GONZALEZ, 2019, p. 25), produzindo efeitos ainda mais violentos sobre as mulheres negras.

Gonzalez (2019) observa três figuras atribuídas às mulheres negras: a mulata, a doméstica e a mãe preta. É na figura da mucama que se vê um engendramento da mulata e da doméstica. A mulata aciona a dimensão do desejo; a doméstica, a da mucama que cuidará da casa e dos filhos das mulheres brancas, antes mesmo do que os seus próprios filhos. É a mãe preta que, no fim das contas, acaba segurando sozinha todos os problemas familiares, inclusive o luto de seus homens, filhos e irmãos sistematicamente perseguidos por um sistema policial racista, que culpabiliza jovens negros, formando o maior contingente da população carcerária do país.

De acordo com Gonzalez (2019), observa-se uma evidente separação entre dominadores e dominados nas espacialidades social e política brasileiras. Os locais reservados para os brancos são predominantemente funcionais, pois ocupam espaços centrais nas cidades e em áreas bem protegidas pelo policiamento. Em contraste com o lugar “natural” do negro, que vai da senzala à favela, aos cortiços, às invasões etc., cuja atuação policial é repressiva dado ao seu caráter racista, cujo discurso dominante justifica esse aparato coercivo em nome da ordem e da segurança.

Segundo Mombaça (2021), a presença do racismo está indeterminadamente atualizada e exposta como ferida nas paisagens das cidades e atua no cerne das dinâmicas de controle e extermínio que se articulam contra pessoas pretas e pobres. Para a autora, os sistemas de justiça (e de polícia)

funcionam a partir da mentalidade moderno-colonial, que se colocam como neutros, embora estruturalmente representem as narrativas hegemônicas, atualizando as dinâmicas de controle e racialização.

3. ESPAÇOS PÚBLICO E POLÍTICO NO PERFIL DE ÉRIKA HILTON

Milton Santos (2006) entende o espaço como uma instância da sociedade que se dá processualmente por meio da articulação entre sistemas de objetos⁵ e sistemas de ações⁶. Esses sistemas são contraditórios, indissociáveis e não podem ser considerados separadamente, mas inter-relacionados, “[...] como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). Em linhas gerais, o autor entende o espaço como resultado das relações sociais e que, portanto, evolui conforme a sociedade. Ele deve ser considerado como totalidade, ou seja, como processos sócio-históricos que compreendem tanto o passado como o presente em suas conformações.

De acordo com Santos (2006), se os objetos são intencionalmente concebidos, podemos dizer que a ordem espacial resultante também é intencional. Assim o autor avalia o modo como as dinâmicas de racionalização da sociedade influenciaram na racionalização do espaço geográfico e aponta para o caráter não homogêneo do espaço, que evolui de modo desigual, podendo acolher as ações de interesses de atores hegemônicos.

No desdobramento do conceito de espaço, deparamo-nos, ainda, com termos correlacionados e que também estão em disputa, como território, lugar, paisagem, entre outros. Para Santos (2006), por exemplo, o território antecede o espaço. O que difere a configuração territorial do espaço é que, no segundo, além da materialidade, também há de se considerar a vida; ou seja, o espaço tem a ver com um território utilizado pelas pessoas. Ele defende que territórios também exercem um papel de mediação entre o Mundo, a sociedade nacional e local. São lugares apropriados pelo capital, cujo “Mundo” pode escolher alguns lugares e rejeitar outros. Assim, a localização num determinado espaço pode influenciar aquilo que se oferece a

⁵ O autor afirma que “objetos” dizem respeito a tudo aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana, incluindo a natureza. Os objetos visam a responder às condições sociais e técnicas que se dão em um determinado contexto histórico.

⁶ Ao falar em sistema de ações, o autor afirma que a ação é própria do homem, somente ele pode agir, porque o faz com alguma finalidade. Para ele, é por meio de sua corporeidade que o homem participa do processo de ação. A ação humana não é exclusivamente racional, sendo que as condições do agir podem se dar de forma técnica, formal ou mesmo simbólica.

alguns e/ou se retira de outros.

Sobre a paisagem, Santos (2006) afirma que, na terminologia corrente, é comum substituir esse termo como sinônimo de configuração geográfica ou territorial. Todavia, ela seria apenas um aspecto ou uma fração da configuração geográfica, possível de se abarcar com a visão. A paisagem é vista em relação às heranças dadas pelas relações entre homem e natureza, ou seja, ela agrupa objetos passados e presentes, sendo, então, uma construção transversal e transtemporal. O espaço, por sua vez, é sempre um presente, uma situação única.

Isso posto, quando falamos em territórios coloniais estamos considerando que ali é possível observar mais propriamente os efeitos da colonização, os critérios de racialização, os fatores de divisão de trabalho, entre outros aspectos. Isso significa dizer que não é possível vislumbrar as conformações dos espaços público e político brasileiros sem considerar as relações sociais, econômicas, culturais e políticas forjadas em territórios coloniais e sem observar as nuances das colonialidades e suas consequências na formação da sociedade moderna.

3.1 A hostilidade do espaço público

Entende-se que a crítica à colonialidade passa pela denúncia de que a construção dos Estados republicanos nas Américas é herdeira dos processos de racialização e desumanização dos povos originários, da população negra e periférica. Além disso, os efeitos da colonialidade podem ser percebidos inclusive nas relações sexuais e de gênero, em que o modelo binário, cis-normativo e heterossexista assume centralidade numa ideia de nação republicana, capitalista e globalizada.

O conjunto de publicações coletadas para essa análise no perfil de Erika Hilton no Twitter, em diálogo com essa perspectiva crítica, também revela a tensão provocada por um corpo travesti negro nos espaços público e político brasileiros⁷, que apesar da irredutibilidade de suas vidas, como afirma Mombaça (2021), estão marcadas pela imposição da sua morte social.

Essa paisagem hostil e violenta é constitutiva do Estado brasileiro e determinante para a nossa compreensão da espacialidade pública construída

⁷ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1427276107607379971>. Acesso em: 8 mar. 2022.

a partir de processos sócio-históricos colonialistas, dos efeitos do capital e do conseqüente mercado globalizado (exploratório e racializado), das configurações espaciais e territoriais que demarcam relações de poder e de opressão, assim como das relações humanas, de trabalho, políticas, éticas, econômicas etc., que conformam os espaços público e político na contemporaneidade.

Ao olhar para o seu perfil no Twitter durante o período de análise, é importante atentar para a contextualização desses textos, que circulam na esteira da agenda midiática e dos acontecimentos políticos que se desdobram cotidianamente e se transformam em pautas e debates acalorados nas mídias sociais. Em agosto de 2021, nas mídias digitais, reverberavam os protestos populares que culminaram no atentado à estátua do bandeirante e juiz Borba Gato, em São Paulo, e na prisão do ativista antifascista conhecido como Paulo Galo⁸; além de uma das maiores manifestações indígenas já vistas no Brasil e mobilizadas contra o Marco Temporal⁹.

A vereadora publicou um conjunto de informações em defesa dessas pautas¹⁰, que passa por questões como a denúncia da hostilidade dos espaços público e político contra corpos negros e indígenas¹¹, LGBTQIAP+¹² e a população em situação de rua¹³, por exemplo. A pauta anticapitalista¹⁴, antirracista¹⁵ e anti-LGBTQIAP+fóbica¹⁶ é recorrente nesse espaço midiático construído pela parlamentar no Twitter, com dezenas de publicações durante o período de coleta, que abordam as temáticas raciais e o enfrentamento às LGBTQIAP+fobias.

Erika Hilton expõe como o racismo e a transfobia se apresentam em situações de sua vida cotidiana, que não lhe permitiram, entre outras coisas,

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1423693384447836160>. Acesso em: 8 mar. 2022.

⁹ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1430311773027061767>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1430636386449756169>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹¹ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1430941345015812101>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹² Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1425933457662922760>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹³ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1429952104769150976>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹⁴ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1426952073376149508>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1432146531780595712>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1428746184227708928>. Acesso em: 8 mar. 2022.

acessar muitos espaços pelos quais circula atualmente¹⁷. Diversos outros casos de racismo são denunciados no perfil de Hilton, com o objetivo de escancarar “[...] o cotidiano do racismo, desnudo e descarado”¹⁸, que ela e o seu mandato buscam enfrentar. Essa violência contra corpos pretos, conforme aponta o seu perfil no Twitter, reflete um cenário trágico de controle ostensivo de corpos racializados em espaços periféricos e marginalizados¹⁹.

Gonzalez (2019) afirma que o lugar da mulher negra no espaço público é historicamente subalternizado, sexualizado e domesticado. Como enfrentamento a esses efeitos da colonialidade – que resulta num histórico de ausências, apagamentos e silenciamentos de corpos pretos e periféricos, em especial as mulheres negras em espaços públicos, políticos, culturais, econômicos, de trabalho etc. –, o perfil de Hilton no Twitter impulsiona uma série de publicações que procurar dar visibilidade para a ocupação de mulheres negras nesses espaços²⁰.

Esses *posts* também trazem referências pessoais²¹, políticas²², identitárias²³, profissionais²⁴, que, de alguma forma, refletem sobre o seu repertório cultural, intelectual, político, as suas subjetividades e o seu entendimento como mulher trans, negra, periférica e militante. O resgate da cultura e da memória do povo negro também aparece como um gesto político em suas publicações. Um exemplo é quando Erika Hilton fala sobre a importância de figuras como Xica da Silva na construção de sua subjetividade, como apresentado na imagem a seguir:

Figura 1 – Xica da Silva.



Fonte: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1421917572480610306>.

¹⁷ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1423422793211863045>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1430996789373636609>. Acesso em: 8 mar. 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1432698001076760579>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²⁰ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1430926362613895178>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²¹ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1425830481963143168>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²² Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1428087378967769093>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²³ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1428747049575530501>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²⁴ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1429552929120342018>. Acesso em: 8 mar. 2022.

Entre referências a mulheres negras e sua participação na sociedade, na cultura e na política do País, cujas histórias foram apagadas pelos mecanismos da colonialidade, o perfil de Erika Hilton se insere num movimento de revelar, resgatar e valorizar a cultura negra, periférica e LGBTQIAP+. É um gesto decolonial (re) inscrever reivindicar aquilo que foi apagado pelos mecanismos de racialização e da colonialidade. Consiste em um enfrentamento direto a esse legado racista e genocida, que não é apenas um gesto retórico, uma perspectiva político-partidária ou uma ideologia. Mas encontra fundamento na espacialidade brasileira, nas histórias e trajetórias apagadas pelos mecanismos da colonialidade, bem como na resistência e sobrevivência de sujeitos atravessados pelos efeitos da colonização, daqueles sentenciados à morte física e social.

Alguns *tweets* da vereadora demonstram as fissuras abertas pelo seu trânsito em espaços públicos que, de alguma forma, sempre lhe foram hostis, negados, inclusive o doméstico. Hilton questiona e reivindica o seu lugar na sala de estar (FIGURA 2). Ousadia ainda maior para mulheres negras. Ao contrário da mulher branca, que luta por igualdade salarial e equidade no mercado de trabalho; as lutas das mulheres negras ainda podem estar no direito de ocupar o espaço doméstico para além da cozinha ou da área de serviço, preencher um papel social que ultrapasse o da mulata, da mucama ou da mãe preta, da sexualização de seus corpos e da servidão de seus trabalhos. E quanto às mulheres trans? Elas ainda lutam por existir.

Figura 2 – Brilhantismo na sala de estar.



Fonte: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1422709778061709313>.

A hostilidade do espaço público para as bichas²⁵, sapatonas²⁶, travestis²⁷, entre outras que ousaram transpor a barreira de gênero e as dissidências sexuais, segundo Mombaça (2021, p. 69), veem na esteira da violência cismasculina que – orientada pela virilidade aos corpos cismasculinos – constitui-se como “uma arma transversal de normalização de gênero e controle social”.

Os corpos dissidentes estão mais suscetíveis à agressão no espaço público, como o macho branco terá sempre a permissão para exercê-la.

A marginalização e o apagamento dos corpos dissidentes nos espaços públicos, sobretudo quando interseccionam outras camadas de opressão, como travestis pretas e periféricas²⁸, ficam ainda mais visíveis através de suas ausências e precariedade no mercado de trabalho, no convívio com a marginalização econômica e nas relações sociais classificadas conforme a sua subversão de gênero, a sexualização e fetichização de seus corpos.

A violência é uma triste realidade no cotidiano de mulheres trans e travestis. A expectativa de vida de pessoas trans é de 35 anos, frente aos 76,6 da média nacional (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

No Twitter da parlamentar, essa hostilidade aparece em diferentes momentos, seja expondo esse cenário de violência através de relatos pessoais²⁹, bem como por meio de sua atuação parlamentar que insiste em enfrentar essas estruturas e o *establishment*, na defesa de políticas públicas voltadas para essa população³⁰ (por exemplo, o programa Transcidadania³¹).

Observa-se um intenso movimento de seu mandato no sentido de enfrentar esse legado colonial, racista, heterossexista e generificado.

²⁵ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1423846191058624517>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²⁶ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1428474008220151816>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²⁷ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1423616032783179784>. Acesso em: 8 mar. 2022.

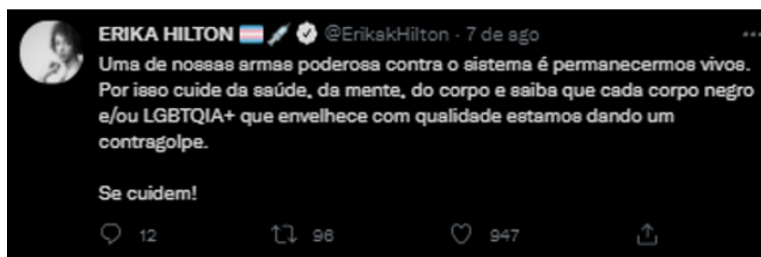
²⁸ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1427276107607379971>. Acesso em: 8 mar. 2022.

²⁹ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1423422793211863045>. Acesso em: 8 mar. 2022.

³⁰ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1425971357712535552>. Acesso em: 8 mar. 2022.

³¹ O projeto oferece possibilidades para que pessoas transexuais e travestis sejam incluídas no mercado de trabalho, diante de um histórico de exclusão dessa população no espaço público brasileiro.

Figura 3 – Contragolpe.



Fonte: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1423846191058624517>.

3.2. Hegemonia e fraturas no espaço político brasileiro

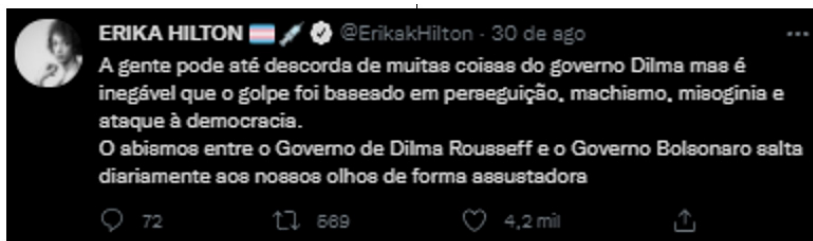
Antes de Erika Hilton se tornar a primeira deputada federal travesti e negra do Brasil, ou mesmo como a vereadora mais votada na história de São Paulo, um longo e difícil caminho foi percorrido por outras mulheres, que, assim como ela, ousaram enfrentar a lógica cismasculina e branca do espaço político brasileiro. É possível constatar um histórico de apagamento das mulheres na política de Estado e, conseqüentemente, na luta por seus direitos.

Elas somente começaram a participar mais efetivamente das decisões políticas do País a partir de 1932, quando conquistaram o direito ao voto. Com a Constituição de 1934, o Brasil elegeu as primeiras mulheres para cargos legislativos, mas elas pertenciam a famílias tradicionais das elites locais. Apenas na Carta de 1946, o voto feminino se tornou obrigatório, como já ocorria com os homens. Desde então, diversas outras candidaturas de mulheres, entre elas negras, passaram a aparecer na cena política nacional sem que isso provocasse fissuras efetivas nessas paisagens políticas e nos privilégios de uma elite machista e embranquecida que historicamente ocupa os espaços de poder.

A presença de mulheres negras na política brasileira só se sobressaiu recentemente, com Constituição de 1988. No âmbito do Legislativo, essas fissuras começaram a ficar mais espessas, principalmente a partir das eleições de 2018, 2020 e 2022. Se o século XXI ofereceu condições para que uma mulher pudesse se tornar chefe do Executivo no Brasil, rompendo a onipresença masculina à frente do Estado republicano moderno e patriarcal, as forças políticas e econômicas logo providenciaram o seu impedimento em 2016 – num processo fortemente marcado pelo machismo e pela misoginia –, provocando uma ruptura no processo democrático. No Twitter, Hilton (FIGURA 4) denunciou o caráter misógino do golpe parlamentar de 2016, reiterando a importância de criticá-lo a partir da dimensão de gênero e

das questões controversas que se sobrepõem a esse processo encampado pelas elites econômicas.

Figura 4 – Impeachment da Dilma.



Fonte: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1432324663259144193>.

Já a figura de Marielle Franco é emblemática não apenas em relação à representatividade da população LGBTQIAP+, mas também de mulheres negras e periféricas nas Câmaras Legislativas. Sua morte está diretamente ligada à sua atuação parlamentar como vereadora, como militante dos direitos humanos e, portanto, a favor da pauta antirracista, dos direitos das mulheres, da população LGBTQIAP+ etc. Porém, o que foi uma tentativa de silenciamento, acabou por se transformar numa onda de politização e maior participação de mulheres negras e LGBTQIAP+ nas eleições seguintes (PINTO, 2021) e, conseqüentemente, provocou grandes transformações no espaço político brasileiro.

De acordo com Santos (2016, p.158), desde a década de 1980, é possível identificar candidatos LGBTQIAP+ com suas plataformas eleitorais, embora seja apenas no início deste século que se observa um aumento expressivo deles. Ainda que se observe uma ampliação desse público no espaço político brasileiro, são números ínfimos comparados à totalidade das cadeiras legislativas. Além disso, segundo o autor, a grande maioria de candidaturas LGBTQIAP+ tem sido ocupada principalmente por homens cis, com nível educacional médio e/ou alto.

Sobre a representatividade de transexuais e travestis na política nacional, embora a primeira mulher trans do País tenha sido eleita em 1992 em Colônia do Piauí, é somente nas eleições municipais de 2020 que a presença de pessoas trans, entre elas mulheres pretas e periféricas, provocou espessas fissuras nessa paisagem política. Em relação a 2016, houve um aumento de 275% de pessoas trans eleitas, em torno de 30 conquistas naquele ano. Porém, ainda são números bem modestos. Já 2020 marca o pioneirismo em grandes cidades brasileiras ao serem eleitas as primeiras parlamentares

trans na história de seus estados e municípios.

Paralelamente, a violência contra parlamentares LGBTQIAP+ vem na esteira de uma maior participação dessa população no espaço político brasileiro e na reivindicação de direitos e garantias ao pleno exercício de sua cidadania, sobretudo para aqueles cujas existências subvertem as fronteiras sexuais e de gênero e, por isso, afrontam o epicentro da lógica de construção e privatização dos estados nacionais.

3.3. A construção de um espaço político de resistência no Twitter

Por meio das publicações em seu perfil no Twitter, Erika Hilton constrói um espaço midiático que revela, problematiza e discute algumas das questões espaciais que atravessam o seu cotidiano como mulher trans, preta e periférica, bem como as que pautam o seu mandato como vereadora e, agora, como deputada federal. Esse espaço midiático moldado por Hilton se dá a partir das relações com seus seguidores, mas também com movimentos sociais³², com a população de rua³³, com a população LGBTQIAP+³⁴, com a mídia jornalística e digital, entre outras instituições e organizações dessas instâncias.

O seu grande número de seguidores³⁵ no Twitter e em outras plataformas contribui para amplificar a circulação de suas publicações por meio de curtidas, retweets, comentários, hashtags, entre outras dinâmicas algorítmicas. O seu perfil no Twitter também pode ser visto como fortemente mediador, pelo seu potencial de agenciamento, das associações que ali se formam, circulam, tensionam e se multiplicam.

Nesses termos, é possível dizer que Erika Hilton constrói, na ambiência do Twitter, um espaço político de resistência e enfrentamento aos discursos da colonialidade, como também se observa nas fissuras que o seu corpo político dissidente provoca no Legislativo paulistano e federal. Na análise, notamos que frequentemente aparecem relatos por comentários e/ou *retweets* de seguidores/eleitores que se identificam com as suas lutas e seus desafios. Nesse sentido, o engajamento do público, muitas vezes, demonstra afinidades ideológicas, político-partidárias, como LGBTQIAP+, entre tran-

³² Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1423319386815975429>. Acesso em: 8 mar. 2022.

³³ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1428113062444343298>. Acesso em: 8 mar. 2022.

³⁴ Disponível em: <https://twitter.com/ErikakHilton/status/1424364885295697922>. Acesso em: 8 mar. 2022.

³⁵ Somam-se mais de 148 mil seguidores em seu perfil no Twitter. Acesso em: 8 mar. 2022.

sexuais e travestis etc. Por outro lado, essas interações também podem ser violentas e/ou ameaçadoras³⁶.

Além disso, nos *tweets* analisados, observamos que o papel alcançado por Hilton como vereadora mais votada na cidade de São Paulo e as dinâmicas de circulação desses conteúdos em plataformas como o Twitter permitem a reverberação de suas lutas em outros lugares. Alguns *tweets* denunciam uma realidade racista, classista e LGBTQIAP+fóbica, como em relatos pessoais sobre o seu cotidiano, as suas vivências, o convívio com a transfobia. Outros fazem circular denúncias de comportamentos e/ou crimes LGBTQIAP+fóbicos.

Ao olhar para esse espaço midiático construído por Erika Hilton no Twitter, enredado pelos discursos, textos e textualidades acionadas durante o período de análise, conseguimos enxergar as nuances da colonialidade nos espaços público e político brasileiros, sobretudo por sua perspectiva como mulher trans, preta e periférica. Com isso, perceber as tensões que aparecem quando ela transita em espaços que historicamente lhe foram hostis e negados e que ainda o são para a maioria dessa população. Ali também conseguimos observar as condições de possibilidade de atuação do seu novo mandato como deputada e as ações de resistência que vai encampar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos com o conjunto de publicações coletadas, Erika Hilton mobiliza o seu mandato guiado por suas lutas e pelas relações de poder que atravessam o seu corpo político dissidente e espacialmente marginalizado. O seu mandato impõe uma proposta de atuação política que é essencialmente desafiadora na espacialidade política brasileira. No período de coleta para esta pesquisa, seu perfil no Twitter fez dezenas de publicações relacionadas às questões raciais, dos povos originários, de gênero, sexo e sexualidade, da população de rua etc.

A partir das reflexões em seu Twitter, cotejando com as discussões decoloniais, observam-se algumas das fissuras abertas pela resistência de seu corpo e mandato em espaços público e político hegemonicamente cisheteronormativo, branco e de elite. As próprias proposições de seu mandato, como a garantia de empregabilidade de pessoas trans no Orçamento Municipal e

³⁶ Em 2021, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a quebra de sigilo de 49 contas no Twitter e Facebook por ameaças à vereadora Erika Hilton.

o engajamento na luta antirracista, apontam para esse sentido.

Seu trânsito de gênero, sua condição de mulher travesti negra, periférica e militante são marcas importantes na construção de seu mandato e de sua imagem pública como uma mulher negra politizada. Sua comunicação política aparece pautada na denúncia dos sistemas de opressões, nos engajamentos do seu mandato, na exposição de suas subjetividades em publicações sobre suas vivências, experiências e formas de enxergar o mundo e os problemas sociais, bem como suas propostas e alternativas para o enfrentamento desses problemas sociais e políticos.

As publicações em seu perfil no Twitter denunciam a estruturação racista e cisheterossexista que o seu mandato enfrenta. Pela lente decolonial, conseguimos enxergar um estado colonial que se desenvolveu com a escravidão, a dominação étnica, a racialização, o controle dos corpos, as sexualidades, os gêneros, a força de trabalho, o controle dos saberes etc. A propósito da população trans e travesti, além de desertores da ordem hegemônica de poder/saber e, principalmente, na dimensão do gênero, observa-se um lugar marginal no espaço público e político, inclusive no âmbito do Estado, da economia e do mercado de trabalho.

A intersecção de diferentes camadas de poder que incidem sobre os corpos de pessoas trans, negras e periféricas determina o grau de vulnerabilidade a que eles serão expostos e aos lugares nos quais deverão circular. Num espaço violentamente controlado pelas dinâmicas da colonialidade, estruturalmente racista, machista, LGBTQIA+fóbico, classista, a prática da resistência é a condição de possibilidade para que determinadas vidas, como a de Erika Hilton, possam ser vividas.

Compreender as questões que atravessam as lutas pelos direitos da população LGBTQIAP+ pela perspectiva decolonial e, sobretudo, a urgência em desconstruir esse modelo binário de sexo, sexualidade e gênero, exige considerar os critérios de racialização, as nuances da colonialidade e um histórico de apagamento e invisibilidade dessas questões no âmbito da política moderna. Um olhar decolonial para essas configurações espaciais – que historicamente são hostis a esses corpos – também ajuda a entender os desafios que a pauta LGBTQIAP+ ainda terá de enfrentar. A colonialidade como ferramenta teórico-metodológica torna-se um dos caminhos possíveis para compreender a diversidade de vivências e experiências LGBTQIAP+ latino-americanos, bem como as reivindicações políticas e identitárias que

as suas especificidades demandam.

Nesses termos, uma paisagem espacial mais democrática, diversa e plural, como se preconiza na política contemporânea, apenas pode existir com o reconhecimento dessas diferentes formas de vida, do respeito à diversidade de corpos, vivências e experiências, da inclusão de sujeitos/as políticos/as ativos/as e plenamente inseridos/as nos espaços público, político, econômico e social. No limite, mesmo a democracia padece com a existência dessas estruturas coloniais, bem como as relações de poder/saber e opressão que as nuances da colonialidade impõem a um expressivo contingente de sujeitos políticos modernos por meio das atualizações das dinâmicas exploratórias, raciais, sexuais e de gênero, especialmente no Brasil.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; Antra; IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v22n03/v22n03a13.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2022.

MIGNOLO, Walter D. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. Buenos Aires: Perspectivas Latinoamericanas; Clasco, 2000. p. 34-52.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PINTO, Fabiana (Coord.). **Violência Política de Gênero e Raça no Brasil 2021**: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2021. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 147-186, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162105>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Tradução: Danielli Jatobá; Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ⁱ Doutorando em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, Linha de Pesquisa: Textualidades Midiáticas (UFMG/Fapemig); Pesquisador nos grupos de pesquisa Insurgente e NucCon, vinculados ao Programa de pós-graduação em Comunicação Social da UFMG.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7326-386X>

E-mail: pholabouid@hotmail.com

ⁱⁱ Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG, coordenadora da Formação Transversal em Gênero e Sexualidade: perspectivas Queer/LGBTI. Criou e coordena o GEL (Grupo de Estudos em Lesbianidades da UFMG).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3150-1567>

E-mail: joana.ziller@gmail.com

Artigo recebido em: 07 abr. 2023. | Artigo aprovado em: 30 maio 2023.